

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO

Kátia Cristina Newton Bomfim Maciel - Mestranda (UESPI/PPGSC)¹

Maria Helena Ferreira da Costa - Mestranda (UESPI/PPGSC)²

RESUMO

Embora as nomenclaturas Educação Rural e Educação do Campo sejam parecidas ao delinear essas modalidades de ensino, percebe-se que possuem fins diferentes ou seja, na Educação Rural o que prevalecia era o interesse capital, e não o bem comum dos moradores que residiam nesse contexto. O projeto de educação rural traduz o dimensionamento de aspectos perversos de exclusão social e negação de direitos que fundamentam a emancipação humana dos povos camponeses. Considerando a lógica de dominação política e social e a estruturação do modelo do território rural brasileiro, marcado pela violência física, simbólica e cultural. O território rural no processo de dominação política e cultural foi se construindo dentro de um contexto de disputas entre os grupos sociais que são marcados historicamente por violentos conflitos pautados na exploração da natureza, degradação do meio ambiente e na opressão dos diferentes grupos sociais que vivem no campo. A educação do campo é uma construção recente. Os seus marcos normativos inaugurais se situam na segunda metade dos anos 1990, apesar disso, reúne conquistas destacadas que passaram a integrar a política educacional brasileira configurando-a como uma modalidade de ensino diferenciada em razão das singularidades que reúne formadas no processo histórico marcado pela exclusão de camponeses e de seus territórios do direito à educação.

Palavras-chave: Educação do Campo; professor(a) da escola do campo; direitos do docente; movimentos sociais

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira revela profundas desigualdades estruturais entre o campo e a cidade, evidenciando, especialmente, a disparidade no acesso à escolarização e na qualidade do ensino oferecido às populações rurais. Durante décadas, o ensino no meio rural foi marcado por práticas excludentes, distantes das realidades culturais, sociais e econômicas dos camponeses, reproduzindo modelos urbanos e industrializados que pouco dialogavam com os saberes locais. Nesse contexto, a Educação Rural, implementada sob a lógica do desenvolvimento capitalista, tinha como finalidade principal adaptar o trabalhador do campo às necessidades do agronegócio e do mercado urbano, priorizando a produtividade e a conformidade com padrões de exploração econômica. Essa forma de educação consolidou-se como instrumento de dominação social, limitando o potencial de autonomia e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email kcnewtonbomfimmaciell@aluno.uespi.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email mhfdacosta@aluno.uespi.br



emancipação dos sujeitos camponeses e reforçando a desigualdade histórica entre os territórios urbanos e rurais.

O território rural brasileiro, historicamente, foi marcado por violência física, simbólica e cultural, resultante da concentração fundiária, da marginalização das populações camponesas e da imposição de modelos de desenvolvimento excludentes. A escola rural, nesse cenário, funcionava como mecanismo de controle social, legitimando a subordinação do trabalhador rural e silenciando saberes tradicionais, experiências coletivas e formas de conhecimento próprias das comunidades. Tal realidade evidencia que a educação no campo, por muito tempo, reproduziu a lógica de exclusão e de manutenção da desigualdade social, em detrimento da promoção da cidadania, da justiça social e da valorização da cultura local.

Em resposta a esse modelo histórico de exclusão, a partir da segunda metade da década de 1990, emergiu a Educação do Campo, fortemente impulsionada pelas lutas organizadas dos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina. Diferentemente da Educação Rural tradicional, a Educação do Campo constitui-se como uma proposta pedagógica e política contra-hegemônica, que busca reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo e valorizar suas culturas, saberes, territórios e modos de vida. Essa modalidade de ensino promove a integração entre educação, cultura e política, propondo uma pedagogia que articula formação crítica, participação coletiva e autonomia, em consonância com os princípios da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1979; 1996).

A Educação do Campo, nesse sentido, não se limita à transmissão de conteúdos curriculares. Ela se configura como instrumento de transformação social, capaz de fortalecer a consciência crítica, o protagonismo comunitário e a cidadania ativa. Ao reconhecer o território rural como espaço de vida, cultura e produção de conhecimento, a Educação do Campo propõe um ensino que articula teoria e prática, ciência e saberes populares, escola e comunidade, configurando-se como espaço de resistência às desigualdades históricas e de construção de novas formas de relação social, política e econômica no campo.

Nesse contexto, a docência do campo assume um papel central e multifacetado. O professor não atua apenas como transmissor de conhecimento, mas como mediador, articulador e agente de transformação, capaz de integrar saberes científicos e saberes tradicionais, promover a reflexão crítica e contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipadoras. A atuação docente no campo envolve, portanto, não apenas habilidades pedagógicas, mas também compromisso ético e político, alinhado às demandas históricas e sociais das comunidades rurais.



O presente artigo tem como objetivo analisar as diferenças entre Educação Rural e Educação do Campo, evidenciando como cada modelo reflete projetos de sociedade distintos, concepções pedagógicas contrastantes e impactos diferentes na formação de sujeitos. Busca-se destacar o papel político e social da Educação do Campo na luta pela emancipação dos povos camponeses, na valorização de seus saberes e culturas, e na construção de práticas docentes críticas, contextualizadas e comprometidas com a transformação social e territorial.

Além disso, o estudo pretende contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores do campo, considerando aspectos históricos, legais, estruturais e políticos que influenciam a docência rural. Ao analisar essas dimensões, pretende-se reforçar a importância da Educação do Campo como projeto pedagógico inovador, capaz de promover cidadania, justiça social, desenvolvimento sustentável e valorização da diversidade cultural e ambiental dos territórios rurais.

Em última instância, a Educação do Campo se apresenta como um instrumento de resistência e de construção de novas possibilidades de vida e educação no meio rural, reafirmando que a educação não apenas transmite conhecimento, mas transforma pessoas e, por meio delas, contribui para transformar a sociedade. Esse estudo busca, portanto, evidenciar que a consolidação da Educação do Campo depende não apenas de políticas públicas, mas também do fortalecimento da profissionalidade docente, da articulação com movimentos sociais e da valorização dos saberes do campo, consolidando uma prática educativa comprometida com a emancipação humana e social.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, orientada pela necessidade de compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade histórica, social, política e cultural. A escolha da pesquisa qualitativa se justifica pelo caráter interpretativo e crítico da investigação, que busca não apenas descrever as práticas e experiências, mas analisar suas implicações sociais, políticas e pedagógicas, considerando os sujeitos como agentes ativos do processo educativo.

Dentro desse escopo, a pesquisa se configura como bibliográfica e documental, estruturando-se a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais que tratam da Educação Rural e da Educação do Campo. Entre os autores de referência, destacam-se Caldart (2004), que aborda a educação como instrumento de



reprodução social; Arroyo (2012), que enfatiza os movimentos sociais como agentes de transformação pedagógica; Freire (1979; 1996), cuja pedagogia da libertação fundamenta a concepção de sujeito protagonista; e Molina (2017), que explora os desafios da profissionalidade docente no contexto rural.

A seleção das fontes considerou critérios de relevância, representatividade, contemporaneidade e pluralidade de perspectivas, garantindo que a análise contemplasse diferentes dimensões do fenômeno estudado. Buscou-se incluir produções que discutem tanto as limitações e contradições da Educação Rural — marcada pela lógica excludente e pelo controle social — quanto as propostas transformadoras da Educação do Campo, centradas na valorização dos saberes locais, na territorialidade e na formação crítica dos sujeitos.

A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem analítico-interpretativa, inspirada nos princípios da hermenêutica crítica e da pedagogia freireana. Essa perspectiva permitiu compreender as concepções históricas, sociais e políticas que sustentam as práticas educativas do campo, bem como os processos de resistência e emancipação promovidos pelos movimentos sociais. O método buscou identificar tendências, padrões e contradições presentes na literatura e nos documentos legais, articulando-os com o contexto histórico e político do Brasil rural.

Além disso, a análise procurou estabelecer um diálogo crítico entre teoria e realidade, considerando a Educação do Campo não apenas como objeto de estudo, mas como projeto político-pedagógico em constante construção. Essa perspectiva permitiu refletir sobre a atuação docente no campo como uma prática complexa, que integra dimensões técnicas, culturais, éticas e políticas, evidenciando o papel da escola e do professor como agentes de transformação social.

O estudo também considerou o contexto legal e institucional da Educação do Campo, a partir da análise da Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e de outros documentos normativos, de modo a compreender como a legislação influencia as práticas pedagógicas e a valorização da profissionalidade docente. Tal análise buscou articular a teoria com os desafios concretos vivenciados pelas escolas do campo, incluindo questões de infraestrutura, formação, valorização profissional e participação comunitária.

Portanto, a metodologia adotada combina rigor teórico e análise crítica, permitindo não apenas a descrição do fenômeno, mas a interpretação de sua significação histórica, social e política. A pesquisa evidencia como a Educação do Campo constitui-se como espaço de resistência, emancipação e construção de novos paradigmas educacionais, reconhecendo o



professor como agente de transformação e mediador entre saberes científicos e saberes populares.

REFERENCIAL TEÓRICO

Embora as nomenclaturas Educação Rural e Educação do Campo se assemelhem, seus fundamentos políticos, pedagógicos e epistemológicos revelam projetos de sociedade profundamente distintos. A Educação Rural foi concebida sob a ótica do Estado desenvolvimentista, estruturada para atender aos interesses das elites agrárias e do capital, reforçando a lógica da produtividade e da modernização excludente. Conforme Caldart (2004), tratava-se de um projeto que naturalizava as desigualdades sociais e reforçava a dependência dos camponeses, desconsiderando suas experiências, culturas e saberes tradicionais. Assim, a educação destinada ao campo servia, historicamente, como instrumento de domesticação e controle, e não de emancipação.

O território rural brasileiro foi historicamente marcado por processos de violência física e simbólica, pela concentração fundiária e pela marginalização das populações camponesas, indígenas e quilombolas. A escola rural, nesse contexto, não foi pensada como um espaço de promoção de cidadania, mas como mecanismo de manutenção da ordem social vigente, contribuindo para legitimar a subordinação do trabalhador rural ao sistema produtivo capitalista. Essa realidade expressa a contradição entre o discurso de democratização da educação e a prática que perpetua a exclusão e a invisibilidade dos sujeitos do campo.

Em contraposição a esse modelo excludente, a Educação do Campo emerge, a partir da década de 1990, como resposta dos movimentos sociais à negação de direitos e à desumanização histórica sofrida pelos povos camponeses. Fortemente influenciada pelos princípios freireanos de libertação, autonomia e diálogo, a Educação do Campo propõe um novo paradigma educativo: um processo de ensino-aprendizagem construído “a partir do campo e para o campo”, que valoriza os saberes locais, o trabalho coletivo, a territorialidade e a formação crítica e emancipadora.

Segundo Arroyo (2012), a Educação do Campo constitui-se como uma pedagogia de resistência, orientada pela luta por uma educação que dialogue com as condições concretas de vida dos trabalhadores do campo, transformando a escola em espaço de produção de conhecimento, de reflexão política e de fortalecimento das identidades coletivas. Essa



concepção rompe com o caráter assistencialista da educação rural tradicional, inserindo o processo educativo nas dimensões política, cultural e social das comunidades camponesas. O marco legal dessa modalidade se consolida com a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que reconhece oficialmente as especificidades da Educação do Campo e estabelece diretrizes para a organização curricular, a gestão democrática e a formação de professores. A partir desse marco, a Educação do Campo passa a integrar o cenário das políticas públicas educacionais brasileiras, assumindo o compromisso de promover o direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Nesse cenário, o professor do campo assume um papel que ultrapassa o domínio técnico-pedagógico. Sua atuação envolve uma dimensão política, ética e comunitária, uma vez que sua prática está profundamente relacionada às lutas sociais e à defesa do direito à educação como direito humano. Conforme destaca Molina (2017), a profissionalidade docente na Educação do Campo se caracteriza pela articulação entre saberes científicos e saberes populares, pela valorização da cultura camponesa e pelo compromisso com a emancipação humana e com a transformação social.

Entretanto, os desafios que atravessam a docência no campo são múltiplos. As condições estruturais ainda precárias — como escolas com infraestrutura deficiente, transporte escolar insuficiente, escassez de materiais pedagógicos e carência de políticas efetivas de formação continuada — comprometem o exercício pleno da profissionalidade docente. Além disso, a desvalorização salarial e a falta de reconhecimento institucional reforçam a sensação de invisibilidade e desmotivação entre os professores que atuam nas áreas rurais.

Assim, a consolidação da Educação do Campo como política pública emancipatória depende da efetivação de ações concretas que assegurem condições de trabalho adequadas, formação docente contextualizada e valorização profissional. O fortalecimento da articulação entre escola, comunidade e movimentos sociais é fundamental para que a educação se torne, de fato, um instrumento de emancipação e transformação social, reafirmando o campo como espaço de vida, cultura, trabalho e dignidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das práticas educativas no campo evidencia que a Educação Rural, historicamente, representou um modelo de ensino voltado à manutenção da ordem social vigente, reforçando as desigualdades estruturais e invisibilizando os saberes, as culturas e as identidades dos povos camponeses. Nessa perspectiva, a escola rural tradicional funcionou



como um instrumento de controle e domesticação, alinhado aos interesses das elites agrárias e aos objetivos do capital, tendo como foco a formação de sujeitos adaptados ao trabalho agrícola e subordinados à lógica do agronegócio. Assim, o espaço rural foi reduzido à sua dimensão produtiva, negando-se seu caráter humano, cultural e social.

Em contrapartida, a Educação do Campo emerge como um projeto político-pedagógico de resistência e emancipação, construído a partir das lutas dos movimentos sociais e das comunidades rurais organizadas. Sustentada pelos princípios da autonomia, da coletividade e da territorialidade, essa modalidade busca romper com o paradigma urbano-industrial que historicamente orientou as políticas educacionais. Seu propósito é promover uma educação enraizada no território, que reconheça os sujeitos do campo como protagonistas da história e da produção do conhecimento.

Nesse contexto, a docência no campo se configura como um ato político e ético, que ultrapassa o simples ato de ensinar conteúdos. O educador do campo assume o papel de mediador entre o conhecimento científico e os saberes populares, construindo pontes entre a escola e a vida cotidiana da comunidade. Sua prática pedagógica é marcada pela dialogicidade, pela problematização da realidade e pelo compromisso com a transformação social, conforme propõe Paulo Freire (1979; 1996). A docência, portanto, adquire um sentido de militância e engajamento, sendo um exercício de resistência frente às desigualdades e às políticas excludentes que historicamente marginalizam o campo.

Contudo, essa prática educativa só se consolida mediante o fortalecimento das políticas públicas voltadas à formação docente e à integração entre escola, movimentos sociais e território. A formação inicial e continuada dos professores deve partir da realidade local, valorizando as experiências dos sujeitos do campo e promovendo uma educação que articule teoria e prática, ciência e cultura, tradição e inovação. Somente assim será possível construir uma pedagogia verdadeiramente transformadora, que dialogue com os contextos rurais e responda às suas demandas específicas.

Além disso, a Educação do Campo reafirma o campo como espaço de vida, de cultura e de produção de saberes, e não apenas como território econômico. Ela propõe uma nova concepção de desenvolvimento, pautada na sustentabilidade, na cooperação e na valorização da diversidade. Ao reconhecer o campo como espaço de construção de conhecimento, a Educação do Campo contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e comprometidos com a defesa da terra, da natureza e da dignidade humana.

Desse modo, a Educação do Campo não se limita a uma alternativa pedagógica, mas representa um projeto de sociedade, capaz de articular educação, trabalho e cidadania sob



uma perspectiva emancipadora. Ao promover uma formação que valoriza a identidade camponesa e fortalece o sentimento de pertencimento, essa proposta educacional se constitui como instrumento de transformação social, reafirmando o direito de aprender, de viver e de resistir no campo com autonomia e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distinção entre Educação Rural e Educação do Campo ultrapassa uma questão meramente terminológica. Ela expressa a existência de projetos de sociedade e de educação profundamente distintos. Enquanto a Educação Rural foi historicamente vinculada ao modelo de desenvolvimento capitalista, centrado na produtividade e na adaptação do trabalhador rural às exigências do agronegócio, a Educação do Campo nasce como ato político e pedagógico de resistência, afirmando o direito dos povos do campo de pensar e construir sua própria educação, a partir de suas experiências, saberes e modos de vida.

A Educação Rural, ao longo da história, consolidou-se como instrumento de dominação simbólica e exclusão social, servindo aos interesses das elites agrárias e à manutenção das estruturas de poder e desigualdade. Nela, o campo era visto apenas como espaço de produção econômica, e não como território de vida, cultura e identidade. Em contrapartida, a Educação do Campo rompe com essa lógica e propõe uma concepção emancipadora, que reconhece os sujeitos camponeses como protagonistas do processo educativo e da transformação social.

A Educação do Campo, nesse sentido, representa um novo paradigma educativo, construído a partir da luta dos movimentos sociais e da organização popular. Ela propõe uma escola que dialogue com o território, valorize os saberes tradicionais, promova a sustentabilidade e fortaleça a identidade cultural dos povos do campo. Esse processo implica compreender a escola como espaço de construção coletiva, em que se articulam educação, trabalho, cultura e política — elementos fundamentais para a formação de sujeitos críticos e conscientes do seu papel histórico.

Conclui-se, portanto, que a consolidação da Educação do Campo exige mais do que o reconhecimento legal de suas diretrizes; requer a efetivação de políticas públicas concretas e permanentes, capazes de assegurar condições dignas de trabalho, infraestrutura adequada, formação docente específica e valorização profissional. Tais medidas são essenciais para que os professores possam exercer plenamente sua função social, promovendo práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e transformadoras.



O fortalecimento da articulação entre escola, movimentos sociais e comunidade é igualmente indispensável. Essa tríade é o alicerce da Educação do Campo, pois permite integrar o conhecimento científico e os saberes populares, reforçando o sentido coletivo e territorial da educação. A escola do campo deve, assim, assumir-se como instrumento de emancipação humana, espaço de formação política e de afirmação da vida campesina em todas as suas dimensões.

Dessa forma, a Educação do Campo se afirma não apenas como uma modalidade de ensino, mas como projeto político-pedagógico de libertação e transformação social. Ela se compromete com a superação das desigualdades históricas, com a democratização do acesso à educação e com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Em última instância, reafirma o princípio freireano de que “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1996, p. 78), tornando-se, assim, caminho de esperança e de resistência para os povos do campo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e formação de educadores: desafios e perspectivas*. Brasília: Editora da UnB, 2017.

